

Plano de trabalho inclui diagnóstico, visitas técnicas e audiências

Assunto:

CPI DAS CANCELAS



Proposta foi apresentada pelo relator da comissão, que abriu prazo para sugestões dos demais membros - Foto: Divulgação CMBH

O plano de trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito das vias públicas fechadas do tipo ?cul-de-sac ?, chamada CPI das cancelas, foi apresentado na reunião desta terça-feira (29/9), pelo relator, vereador Autair Gomes (PSC). No roteiro, constam etapas e providências que serão tomadas na investigação. O plano é dividido em diagnóstico, visitas técnicas e audiências públicas, análise de documentos, pesquisa de normas de outros municípios e relatório final com proposições e encaminhamentos. Até sexta-feira (2/10), os membros da comissão poderão apresentar sugestões de alteração da proposta.

Segundo o presidente da CPI, vereador Henrique Braga (PSDB), foram feitos pedidos de informação às nove regionais da capital, contudo somente quatro deram retorno. Aguardando o recebimento de informações das demais regionais, na próxima semana, serão aprovados requerimentos de visitas técnicas aos locais dos quais já foram obtidas informações. A partir daí, começarão a ser marcadas as audiências públicas. A comissão tem um prazo de 120 dias, prorrogáveis por mais 60, para concluir os trabalhos.

Elaborado pelos vereadores, com o apoio da assessoria técnica da Diretoria do Processo Legislativo da Casa, o plano de trabalho apresentado propõe um diagnóstico, com a apresentação de pedidos de informação à Secretaria Municipal de Governo e/ou às nove secretarias regionais, visando a obtenção de informações detalhadas de vias públicas que teriam sido fechadas por condomínios.

Também está prevista a realização de audiências públicas, para avaliar, juntamente com a sociedade e os agentes públicos, os efeitos decorrentes do fechamento das vias. Foram propostas, ainda, visitas *in loco*, para identificação da

forma de ingresso nesses espaços públicos, bem como análise de documentos referentes às permissões de direito real de uso de áreas públicas, em via com *cul-de-sac*, já outorgadas pelo Município.

Por fim, foram propostas a realização de pesquisa de normas e proposições legislativas em tramitação em outras casas legislativas e a elaboração e apresentação de relatório final, que pode contemplar medidas administrativas e proposições legislativas de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Também participaram da reunião os vereadores Pedro Patrus (PT) e Heleno (PHS).

Papel da CPI

A Comissão Parlamentar de Inquérito foi constituída com o objetivo de apurar o fechamento de vias públicas por condomínios, com a instalação de cancelas e guaritas (condomínios instalados em vias públicas fechadas do tipo *cul de sac*), sem prévia autorização do poder público municipal e dificultando o acesso a espaços de uso geral da população, como parques e praças.

Os condôminos alegam que a medida foi adotada para garantir maior segurança aos moradores e que o fechamento dessas vias não acarretaria interferência no sistema viário municipal. Em contrapartida, a população aponta restrições ao acesso e ao uso de bens públicos de uso comum, utilizados por particulares com exclusividade, em afronta ao interesse da coletividade.

Veja o [vídeo completo](#).

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:

Terça-Feira, 29 Setembro, 2015 - 00:00
